

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4000147-55.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário**  
 Requerente: **Willian Martins de Souza**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

**Vistos**

**WILLIAN MARTINS DE SOUZA** ajuizou a presente **AÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ou RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (AUXÍLIO-DOENÇA)** com **PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA** em face de **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -INSS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em suma, que: em 14/02/2011 foi admitido pela empresa GP QUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA., para prestar serviços de Vigilância Armada junto ao BANCO SANTANDER S/A, na Vila Guilherme – São Paulo/Capital; 2) que foi procurado por meliantes em sua residência com proposta de assalto ao banco em que ele (autor) trabalhava; 3) que na sequência, quando se dirigia até a maternidade onde sua esposa havia dado à luz (na capital), foi perseguido por bandidos e na tentativa de fugir, subiu no telhado de um restaurante, sofrendo uma queda brusca, vindo a se ferir com gravidade; 4) que diante da gravidade dos fatos, foi obrigado a se mudar da capital para o interior, com medo de represálias por parte dos meliantes; 5) que entrou com



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

pedido de auxílio doença por acidente de trabalho junto ao INSS, o que foi concedido a partir de 04/2012; que na sequência, teve frustradas novas solicitações para a manutenção do referido benefício.

A inicial veio instruída com documentos.

Pela petição de fls. 75 o autor informou que o INSS restabeleceu o benefício.

Devidamente citado o INSS ofertou defesa a fls. 95 e ss., alegando em síntese: que não se trata de incapacidade total e que o adoecimento não possui nexos com o acidente descrito na inicial. Culminou por pedir a improcedência da pretensão constante da exordial.

Designada a perícia médica, o laudo pericial foi carreado às fls. 209/211.

As partes se manifestaram sobre o laudo apresentado (fls. 214/216 e fls. 233/234).

**RELATEI.**

**DECIDO.**

Segundo conceito expresso no artigo 19 da Lei 8.213/91, o acidente de trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho, dos segurados no inciso VII do art. 11 da mesma Lei.

Por equiparação (art. 21), uma série de outras


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

circunstâncias são consideradas acidente de trabalho, tais como a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade e o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do horário e local de trabalho, o chamado acidente *in itinere*, entre outras.

Este último, também chamado “acidente de trajeto”, ocorre no percurso normalmente utilizado pelo trabalhador entre a sua residência habitual ou ocasional, e seu local de trabalho e vice-versa, durante o período habitualmente gasto para a conclusão.

O que se busca é proteger o trabalhador desde a saída de sua residência até o seu retorno.

Ocorre que no caso em exame o autor confessa que ia à Maternidade e não ao trabalho quando ocorreu a perseguição (não provada, saliento).

Segundo ele, **no caminho a maternidade, onde a esposa estava internada para "ganhar bebê"** passou a ser perseguido por meliantes e na fuga acabou se ferindo.

Aliás, ao perito o autor não relatou qualquer perseguição e sim uma “queda acidental”.

Como já dito, o conceito de “acidente de percurso” não quadra na espécie e, assim, não há como acolher o reclamo inaugural.

Por fim, cabe ressaltar o que consignou o louvado: “para a perícia não há elementos que capitalizam para a aceitação da hipótese do nexo causal entre as lesões descritas com qualquer natureza de vínculo com acidente de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

trabalho" (textual com destaque).

\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00, além dos salários do perito, já desembolsados pelo Instituto; cabe observar que se trata de beneficiário da gratuidade da justiça.

Caso o autor entenda ter direito a algum benefício previdenciário deverá demandar em ação própria tal súplica.

P.R.I.

São Carlos, 10 de abril de 2015.

**MILTON COUTINHO GORDO**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**